

UM ESTUDO DAS INTER-RELAÇÕES DE MODELO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE FLORESTA – PE

Josildo Alves dos Santos Sobral¹; Ana Carolina Nunes Ferraz Cavalcanti¹; Cíntia Lopes Soares Gomes de Sá²

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Floresta

josildosobral@gmail.com

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Floresta

anacarolinanfc@gmail.com

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano Campus Floresta

cintia.lopes@ifsertao-pe.edu.br

Resumo: A expressão ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. Entretanto, dependendo do caso, um aluno especial necessariamente não significa alguém com algum distúrbio ou problema. Também existem os casos de superdotação que são aqueles alunos que apresentam capacidades excepcionais. A legislação vigente garante o direito de acesso à educação básica a todos, independentemente da classe social, etnia ou crença, afirmando que, os iguais sejam tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente. Por conseguinte a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as instituições de ensino devem fornecer condições para a permanência e a inclusão dos alunos especiais. Porém, os mecanismos que asseguram tais diretrizes são em sua maioria frágeis, diante das instabilidades que possam aparecer essa pesquisa procura analisar e expor o modelo em vigor de educação especial tomando por base escolas localizadas no município de Floresta – PE. Para levantar dados, o estudo foi realizado através de pesquisa de campo almejando constatar como o modelo de educação especial está se desenvolvendo. Os procedimentos empregados foram, realização de entrevistas com professores e corpo administrativo das unidades educacionais, além disso, verificaram-se as estruturas das referidas unidades através de inspeção dos espaços das instituições educacionais levantando dados no que diz respeito aos processos de atendimento aos alunos com necessidades especiais. Em suma, a educação especial proposta pelo Governo Federal e demais membros do sistema educacional brasileiro prevê mecanismos que assegurem o aprendizado de forma plena de todos os discentes. Por conseguinte, todas as instituições educacionais devem adequar-se de forma a propiciar ambientes e situações os quais todos os indivíduos inseridos no contexto escolar possam desfrutar dos momentos de aprendizagem com o mínimo de restrições possíveis.

Palavras-chaves: Educação especial, Inclusão, Aprendizagem.

Introdução

A expressão ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. Neste conceito, terão que se incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (UNESCO, 1994)

A legislação vigente garante o direito de acesso à educação básica a todos, independentemente da classe social, etnia ou crença, afirmando que, os iguais sejam tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente, esses fundamentos também são assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9394 de 1996, determinando, dentre outras coisas fundamentais para a educação básica, que seja assegurado aos alunos considerados especiais a sua inclusão no sistema de educação vigente.

Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as instituições de ensino devem fornecer condições para a permanência e a inclusão dos alunos especiais e caso isto não seja possível outras medidas deverão ser tomadas, medidas estas, que devem favorecer de forma positiva possibilitando o pleno aprendizado do aluno (BRASIL, 1996).

Por conseguinte, dependendo do caso, um aluno especial necessariamente não significa alguém com algum distúrbio ou problema. Também existem os casos de superdotação que são aqueles alunos que apresentam capacidades excepcionais, nesse caso, é importante identifica-los e assegurar meios para que desenvolvam as suas habilidades ao máximo.

Partindo desta explanação, levanta-se a seguinte pergunta: Como as instituições educacionais vem realizando suas atividades para possibilitar o pleno desenvolvimento dos alunos considerados como especiais? Com base na complexidade do tema a ideia que surge é que as variáveis tendem a resultados negativos ou inesperados.

Com base neste questionamento, este trabalho busca subsídios dentro do contexto de educação formal, tomando por amostra escolas de educação básica localizadas no município de Floresta – PE. Objetivando estudar o comportamento das instituições educacionais perante a educação especial, bem como, produzir dados e investigar como as escolas estão desempenhando o seu papel formador de cidadãos em consonância com a legislação vigente.

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de se obter informações a respeito inerentes a educação especial. Além disso, existe a possibilidade das instituições educacionais não estarem realizando as suas atividades de forma adequada, pois o Município de Floresta – PE de acordo com o último senso do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui mais de 29.285 habitantes

(BRASIL, 2016). Entretanto, até o presente momento existem poucas evidências da presença de alunos com superdotação, e muito menos políticas de abordagens.

Como consequente, será que realmente não existe ninguém assim ou apenas não foi identificado, além disso, existem fatores como infraestrutura inadequada e falta de profissionais qualificados para atender os alunos que não se enquadram no padrão apresentado pela maioria dos discentes, portanto, é importante que se realize um levantamento de informações para definir a real situação.

Metodologia

Esse trabalho foi realizado mediante pesquisa de campo tendo como procedimentos empregados, realização de entrevistas com professores e corpo administrativo das unidades educacionais, além disso, verificou-se as estruturas das referidas unidades através de inspeção dos espaços das instituições educacionais, levantando dados e informações das escolas localizadas no município de Floresta – PE, no que diz respeito aos processos de atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Resultados e Discussão

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, podem-se apontar diversos dados acerca do modelo de educação especial empregada e desenvolvida no município de Floresta – PE. A seguir encontram-se destacados as informações obtidas que teve como método principal a pesquisa e que possuía por finalidade descobrir e analisar as interações inerentes do modelo de educação destinada ao público de alunos que necessitam de um atendimento diferenciado.

Dentre a população pesquisada estão instituições educacionais estaduais e municipais que desenvolvem suas atividades, restritamente, destinadas a alunos do ensino fundamental e médio. Para discorrer a análise de forma mais consistente e coerente tomaremos como base três amostras da população: amostra 8°35'56.6"S 38°34'20.7"W, amostra 8°35'51.7"S 38°34'55.9"W e amostra 8°36'02.1"S 38°34'12.4"W.

A amostra 8°35'56.6"S 38°34'20.7"W apresentou bom desempenho na sua estrutura possuindo rampas de acesso na entrada da instituição, banheiros destinados aos que possuem restrições de locomoção, entretanto, a entrada das salas tinham um pequeno desnível em forma de batente. Nessa escola tem um profissional para atuar no auxílio da educação especial, entretanto, o mesmo não possui formação ou especialização na área. No ano de 2016 encontravam-se matriculados dois alunos “especiais” na instituição.

Já a amostra 8°35'51.7"S 38°34'55.9"W apresentou ótimos resultados a sua estrutura possui rampas de acesso, banheiros apropriados e um profissional especialista em LIBRAS destinado exclusivamente ao atendimento de alunos especiais. Entretanto, em relação à acessibilidade aos

locais, o primeiro andar da unidade possui restrições de acesso. No ano de 2016 encontravam-se matriculados na escola quatro alunos “especiais”.

É preciso que políticas públicas de educação sejam direcionadas à inclusão, que os educadores sejam capacitados, combatendo a descrença e o pessimismo, mostrando que há necessidade da inclusão e ao mesmo tempo mostrando a necessidade de se trabalhar com turmas de menos alunos (RIBEIRO, 2014).

Para ampliar uma política de inclusão, não basta aumentar vagas para pessoas com deficiência, é mais importante garantir o acesso e a permanência delas na escola. Pensar em inclusão é pensar nessa nova escola que atende a todos indistintamente e que pode ser repensada em função das novas demandas da sociedade atual e das exigências desse novo alunado (FIGUEIREDO, 2002).

Contudo, a amostra 8°36'02.1"S 38°34'12.4"W demonstrou os piores resultados na estrutura não possuindo rampas, apresentando vários desníveis no acesso das mais diversas áreas. A escola também não dispõe de profissional destinado ao atendimento em educação especial. No ano de 2016 encontrava-se matriculado um aluno “especial” na escola.

Todo processo de ampliação da Educação especial quer em relação à quantidade de crianças por ela absorvidas, quer na diversificação das formas de atendimento e do tipo de clientela, reflete a ampliação de oportunidades educacionais para crianças que, por características próprias, apresentam dificuldades para se inserirem em processos escolares historicamente construídos (BUENO, 1994).

A pesquisa também foi realizada em outras instituições de ensino, das quais, as que apresentaram dados mais relevantes e representativos foram selecionadas por amostragem e descrita acima.

De modo geral, podem ser expostos os seguintes dados, nas instituições pesquisadas que representa 66,7% das instituições educacionais urbanas do município de Floresta foi evidenciada a existência de nove alunos “especiais” dos quais apresentam autismo, distúrbios psicológicos, dificuldades de visão, audição e motora e outras não especificadas.

Outros pontos detectados foram a falta de interação da comunidade em relação à educação especial e o desconhecimento dos profissionais da educação, bem como, todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das escolas pesquisadas no que concerne identificação, presença ou os devidos procedimentos a serem adotados no âmbito educacional a respeito de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Conclusões

Em suma, a educação especial proposta pelo Governo Federal e demais membros do sistema educacional brasileiro prevê mecanismos que assegurem o aprendizado de forma plena de todos os

discentes. Por conseguinte, todas as instituições educacionais devem adequar-se de forma a propiciar ambientes e situações os quais todos os indivíduos inseridos no contexto escolar possam desfrutar dos momentos de aprendizagem com o mínimo de restrições possíveis.

Portanto, através da análise das instituições educacionais do município de Floresta – PE destinadas a atuarem no ensino fundamental e médio, observa-se que as mesmas ainda precisam percorrer um longo caminho para alcançarem os objetivos almejados pelas políticas públicas no que cerne os modelos de educação especial no Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

_____. **Pernambuco » Floresta » infográficos: dados gerais do município.** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=260570>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

BUENO, S. G.J. **A educação do deficiente auditivo no Brasil.** In: BRASIL/MEC/SEESP. Tendências e desafios da educação especial. Brasília: SEESP, 1994.

FIGUEIREDO, R. V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade.** in ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (Org.) Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

RIBEIRO, H. S. S. **A educação inclusiva no ensino de Geografia em duas escolas da rede estadual em Campos dos Goytacazes.** Disponível em:

<http://bd.centro.iff.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/782/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20NO%20ENSINO%20DE%20GEOGRAFIA%20EM%20DUASESCOLAS%20DA%20REDE%20ESTADUAL%20EM%20CAMPOS%20DOS%20GOYTACAZES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 de novembro de 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.